Ata da 13ª reunião do Conselho Gestor do Campus Avançado UFJF/GV

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, no Auditório C da UNIVALE, ocorreu a décima terceira reunião do Conselho Gestor do *campus* Avançado UFJF/GV. Presente o Prof. Dr. Peterson Marco O. Andrade, Diretor Geral do *campus*, Conselheiro Fábio Pieri, Vice Diretor do *campus*, Conselheiro Denis Perdigão, Diretor do ICSA, Conselheiro Ângelo Denadai, Diretor do ICV, os Conselheiros: Kascilene Machado, Adriano Freitas, Thiago Costa Soares, Vinícius Firme, Bráulio Magalhães, Guilherme Figueiredo, Edilaine Camargo, Hugo Lemes Carlo, Rose Ortega, Sandra Bertelli, Regina Kelmann, Vanessa Cardoso, Bianca Miarka, Meirele Silva, Maria Anete Valente, Nízia Araújo, Bruno Guedes, Cibele Rodrigues, Diener Maick Piske, Guilherme Mendes, Alessandro Rocha, Guilherme Jacob, Roni Duque. **No expediente.** Informes. O Senhor Presidente, Prof. Peterson Marco, falou sobre a Audiência Pública da Comissão de Educação que será realizada na Câmara Municipal de Governador Valadares no dia 15 de maio, segunda-feira. Ele ressaltou a importância desse momento e que na ocasião serão protocoladas algumas demandas já existentes. Disse que é a terceira vez que a Comissão de Educação trata da pauta dos *campi* fora das sedes, e agora em especial com a pauta específica sobre o *campus* Governador Valadares da UFJF. Esclareceu que a reunião de hoje tem como objetivos a aprovação dos encaminhamentos da Comissão de Obras, principalmente para as questões que envolvem recursos de capital, e o preparo para a audiência pública de segunda-feira. Afirmou que na semana passada o Magnífico Reitor anunciou uma reunião do CONSU sobre GV, e que ele, o Diretor Geral, solicitou que ela fosse realizada em Governador Valadares. Até o momento não obteve resposta da reitoria. Falou sobre a visita da equipe do MEC que ocorreu recentemente e mencionou todas as informações que foram repassadas a eles. Dessa reunião surgiram alguns encaminhamentos: 1- não podemos abandonar o Campus, precisa ser dada uma destinação ao mesmo considerando o investimento realizado; 2- o terreno e estrutura metálica precisam de uma proteção; 3- uma articulação interministerial será conduzida pelo MEC para a questão da estrada, energia e rede de dados. Disse quem em um dos contatos feitos posteriormente à reunião, o MEC afirmou que teremos apoio da equipe técnica para a compra do imóvel classificado na Chamada Pública (FAGV), e que ficou agendado um novo encontro para o mês de junho. O Presidente falou também sobre a reunião na AGU que ocorrerá amanhã, sexta-feira, dia 12 de maio, em Belo Horizonte, a qual contará também com a presença do Reitor. Ressaltou que é a primeira vez que o *campus* de GV terá acesso ao debate jurídico sobre a obra. Em seguida, falou sobre a PL 7543/2017 que trata da criação da UFGV. Disse que independente do resultado acredita que melhorará a relação *intercampi*. O Conselheiro Thiago Soares questionou se haveria um desmembramento ou a criação de uma nova Universidade. O Conselheiro Denis explicou que esse PL apenas autoriza o executivo a criar uma universidade em GV e dá autonomia para que o MEC decida como isso será feito. O Presidente esclareceu que será organizada uma agenda com as lideranças do *campus* para tratar desse assunto. Jamir Calili, docente da UFJF e Secretário Municipal de Fazenda, representando a Prefeitura de GV, afirmou que há uma equipe designada da prefeitura a comparecer à audiência de segunda-feira. Essa equipe também irá definir quais contrapartidas o município dará com relação às necessidades do *campus* dentro das possibilidades do ente municipal e dos acordos que as gestões anteriores fizeram com o MEC. Afirmou que estão muito preparados e que estão

se reunindo com segmentos da sociedade civil para buscar qual o interesse delas na universidade e em que poderiam ajudar. Afirmou que é de interesse da nova gestão que se avance o tema de autonomia e separação da Universidade por vários motivos, mas que só irão agir caso seja interesse também da UFJF. Em seguida reforçou o convite para a audiência segunda-feira e a importância do comparecimento. A discente Lígia Barbosa, representante do DCE, questionou se seria possível que os professores liberassem os alunos na segunda-feira para que eles possam comparecer à reunião, pois muitos têm esse interesse. O Presidente informou que será dada uma declaração de presença na Câmara. A Conselheira Regina Kelmann ressaltou que o curso de Farmácia está passando pelo processo de reconhecimento e que os professores precisam estar presentes segunda-feira para reunião com o MEC às 17h, e os alunos às 16h 30m. O Conselheiro Guilherme Jacob afirmou que achou a fala do Jamir Calili incoerente, pois ele disse que a prefeitura apoiará a universidade e ao mesmo tempo disse que ela endossa o processo de separação, sendo que ainda não houve discussão dentro da própria UFJF. Jamir Calili disse que a decisão de autonomia é também uma decisão política, reafirmou que o interesse é realmente que o *campus* seja autônomo, a diferença é que não irão intervir caso a UFJF decida que querem continuar vinculados à UFJF. Esclareceu que para o atual governo é mais fácil se houvesse uma separação, pois conseguiriam intervir politicamente de forma mais fácil em favor da universidade. Explicou que a prefeitura age a partir de demandas objetivas. Disse que a prefeitura e a UFJF têm se reunido quase todas as semanas, mas que ainda não houve decisões, que até agora não chegou um pedido definido e claro por parte do Reitor. Disse que o prefeito não pode fazer nada enquanto a universidade não decidir o que realmente deseja. Se não decidir o recurso será destinado para outras obras/projetos. A Conselheira Sandra disse que na sua percepção as palavras do Jamir soaram contraditórias e com certo tom de ameaça. Jamir esclareceu que está apenas alertando, pois estão há quatro meses sem um direcionamento, e que não há ameaça, a conversa é apenas propositiva. Afirmou que nunca tomaram uma decisão que não fosse a mesma decisão da universidade. O Presidente encerrou o assunto e deu continuidade à reunião. O Conselheiro Guilherme Jacob questionou sobre a prestação de contas de 2016, a qual já havia solicitado em reunião anterior. O Presidente disse que já designou servidores para isso, que a Comissão de Orçamento tem os critérios e quer que a mesma analise e finalize o relatório. **Primeiro ponto da pauta.** Aprovação da Ata da 12ª reunião ordinária. A ata foi submetida à aprovação e aprovada com seis abstenções. **Segundo ponto da pauta.** Validação das Ações da Comissão de Obras. O Presidente esclareceu que o relatório está ainda em andamento e contextualizou os trabalhos da Comissão de Obras. Em seguida, questionou se há algum destaque com relação ao documento. A Conselheira Bianca Miarka, em nome do Departamento de Educação Física, parabenizou o Presidente Peterson e o Conselheiro Ângelo pelo empenho, assim como toda a Comissão de Obras que realizou 12 reuniões para tratar das providências relacionadas com as obras do *campus* GV. Em seguida, ressaltou que o tópico "Programa de Necessidades para o *campus GV*", elaborado em agosto de 2014 não faz menção ao curso de Educação Física que já havia sido implementado seis meses antes dessa data. A conselheira complementa que o Projeto Inicial que dividia a construção do *Campus GV* em duas partes é obsoleto, como foi possível ver nas fotos que o Presidente mostrou nos slides durante a reunião. Que o contexto atual, inclusive o orçamento para essa obra, é completamente diferente e deve ser

considerado o espaço necessário, pelo menos em um primeiro momento, para as aulas em salas de aula da Educação Física. Disse que a Direção do ICV e o Diretor Geral devem considerar o fato de que a Educação Física está passando por um momento político delicado, como já foi discutido em reunião anterior. Não apoiar as obras da Educação Física no mesmo momento que acontecem as obras dos demais cursos, seria apoiar a indicação do Secretário do MEC para fechamento do curso. Ela disse que o Departamento de Educação Física coopera com os demais departamentos do ICV e os apoia sempre que possível, assim como mostra impacto social e econômico com os projetos em andamento na cidade de Governador Valadares e, em três anos, desde sua implantação, já possui 50% de ocupação de vagas. Afirmou que todas essas atribuições fazem com que seja condição essencial para reiniciar o andamento da construção do *campus GV* a revisão do "Programa de Necessidades" e do "Resumo de Áreas Projeto *campus GV*" e a inclusão da Educação Física. O Presidente Peterson esclareceu que o curso de Educação Física não foi incluído no projeto pela gestão anterior. Afirmou que o relatório é informativo e que todo o plano terá que ser alterado. A Conselheira Bianca respondeu aos Conselheiros Peterson e Ângelo que caso as obras das estruturas da Educação Física fiquem para um segundo momento poderia prejudicar o curso, visto que a extrapolação do custo das obras na primeira etapa poderia prejudicar a construção da segunda etapa, que deverá ser antecedida de votação pública para verificar a sua viabilidade. Disse também que existe uma diferença entre as obras para o curso de Educação Física e as obras relacionadas com a Vila Olímpica. Afirmou que para a Direção do ICV obter apoio do Departamento de Educação Física na tentativa de emancipação da UFJF, primeiro o ICV precisa apoiar o departamento em equivalência aos demais departamentos no projeto das obras que estão por vir. Reforçou que o momento para isso é agora, diante da necessidade da "Planta de Situação" para a regularização das licenças ambientais do terreno doado para o *campus* e para o levantamento topográfico do mesmo. A Conselheira Meirele afirmou que o fechamento do curso é uma possibilidade real e que a apresentação desse relatório para o MEC sem a inclusão do curso de Educação Física acabaria endossando essa decisão de fechamento. Ressaltou que não está solicitando que seja feito um Centro Olímpico, o que querem é que se garanta, pelo menos, salas de aulas e um único laboratório, pois o curso de Educação física poderia continuar funcionando de forma provisória em espaços alugados para as aulas práticas, como já vem ocorrendo. O Presidente esclareceu que o relatório não será apresentado à equipe do MEC na segunda-feira. O Conselheiro Ângelo disse que a demanda da Educação Física é uma preocupação muito grande devido à gravidade da situação, e que por ter sido falha da gestão anterior não significa que a gestão hoje esteja apática a esse problema. Hoje há fila de demandas que envolvem uma solução de curto prazo, como a saída da UFJF da Univale. Relatou que a equipe do MEC afirmou não ter intenção de fechar nenhum curso em Governador Valadares. O Conselheiro Fábio Pieri esclareceu que o que será deliberado não é o relatório inteiro, apenas as ações que a comissão propõe que estão no item cinco. O Presidente colocou em votação o item: "Providências para regularização das licenças ambientais". O Conselheiro Guilherme Jacob questionou o que seriam essas licenças, pois essa informação está colocada de forma muito genérica. O Conselheiro Denis opinou dizendo que a pauta foi colocada de forma equivocada, que esses pontos não deveriam ser colocados em votação, mas que apenas deveriam trazer as informações. O Presidente Peterson ressaltou que o que seria mais importante deliberar

é a compra da FAGV e a retomada da obra do Campus. O Conselheiro Fábio apresentou a proposta de fazer uma consulta aos conselheiros com relação à intenção ou não de continuidade na obra, e da mesma maneira com relação à compra da FAGV, em vez de fazer uma deliberação. Conselheiro Ângelo ressaltou que a retomada da obra não deve ser ponto de discussão do conselho já que o MEC sinalizou para a proteção e retomada da obra imediatamente, assim, qualquer desistência acarretará custo para a UFJF. O Conselheiro Guilherme Jacob afirmou que em vários momentos nas reuniões da Comissão de Obras colocou a necessidade de se realizar audiências públicas antes de serem tomadas essas decisões. Acredita que o que estão buscando é uma legitimação formal desse processo, mas o fato do conselho aprovar o andamento do processo não significa que irá realmente acontecer, pois a comunidade acadêmica pode ser contrária. A Profª Fernanda Ferreira ressaltou que o Conselho Gestor é aberto à comunidade e quem tiver interesse de participar das reuniões deveria estar presente. A TAE Isadora Pacheco, representante do SINTUFEJUF, afirmou que muitas vezes os TAE´s não tem liberação da chefia imediata para participar das reuniões do conselho e que a opinião da categoria deve ser levada em conta nas questões do *campus*. Conselheiro Denis afirmou que deliberação sobre compra de imóvel não é autonomia do conselho. Que pode haver uma manifestação simbólica, mas a autonomia é do CONSU. O Presidente argumentou que o posicionamento do conselho tem força perante o CONSU. O Conselheiro Guilherme Jacob apresentou a sugestão de que a Administração programe uma audiência pública com o intuito de explicar para a comunidade que isso será consultado no Conselho Gestor, e afirmou que assim o conselho teria legitimidade para essa consulta. A Conselheira Nízia sugeriu colocar em votação as duas propostas (consulta e audiência pública). A consulta aos conselheiros foi aprovada com 19 votos favoráveis, dois votos contrários e duas abstenções. Em seguida, foi submetido à consulta o apoio do conselho para andamento no processo de compra da FAGV, o qual foi aprovado com 22 votos favoráveis e duas abstenções. A TAE Isadora Pacheco informou que os TAE´s deliberaram em assembleia de forma favorável à compra, mas deixou registrado o pedido de que os assuntos sejam melhor explicados e detalhados para que nada tenha que ser votado às pressas. O Presidente esclareceu que a data da audiência os pegou de surpresa e tudo que foi feito nos últimos dez dias foi muito corrido. Em seguida foi realizada consulta para a retomada da discussão sobre as obras no terreno previamente definido, o que foi aprovado com 18 votos favoráveis e quatro abstenções. O Conselheiro Ângelo garantiu que, assim que abertas as discussões referentes ao espaço físico, o Departamento de Educação Física será consultado do mesmo modo que os demais, e que garante isso pelo ICV. O Conselheiro Bráulio questionou se há um alinhamento, uma posição institucional para a audiência pública, acredita que o Jamir não forneceu todas as informações. Pediu esclarecimentos do que será realmente discutido nessa reunião. O Presidente disse que seu papel nesse dia será apresentar a realidade do *campus*, se posicionar em relação a aquisição de um imóvel, e que não vão entrar na questão da criação da UFGV, já que não houve tempo hábil para discutir isso. A discente Lígia informou que o Jamir, ao ser questionado por ela, afirmou que a ideia não é falar sobre a questão da autonomia, mas que há um momento que será aberto para discussão e que se alguém levantar esse tema ele será discutido. O Conselheiro Diener solicitou a flexibilização para os TAES, assim como foi solicitado para os discentes. O Presidente afirmou que todos que tiverem interesse têm a liberação. O Presidente precisou se retirar para viajar e o

Vice-Diretor Prof. Fabio continuou a conduzir a reunião. O Conselheiro Ângelo disse que é mais do que necessário a realização de reuniões para tratar sobre a UFGV, é um assunto que pode surgir na audiência pública, mas que isso não será o ponto chave da audiência, e que era preciso ter foco para a reunião. O Conselheiro Fábio pediu aos chefes de departamento que tenham professores que lecionem para o curso de Farmácia que orientem os docentes de farmácia que participarão da audiência que não deixem de comparecer à reunião do MEC. Nada mais havendo a tratar, o Diretor encerrou a reunião e eu, Sabrina Dalfior Ongaratto, Assistente em Administração, lavrei a presente ata. Ata aprovada na reunião do dia 21/07/17.

Diretor:

Secretária: [illegible]

Demais Participantes:

Ângelo Márcio Leite Denadai

Alessandro Roberto Rocha

Bianca Mairka

Meirele Rodrigues Inácio da Silva

Maria Luiza Santana Valente

Denis Perdigão

[illegible]

Kaseline Machado

Rosa Arley Silva Duque

Vanessa Cardoso Silva

Guilherme Jacob

Adriano

Regina G. Kelmann

Sandra Sut/l. Ribeiro de Castro

Gabele Velloso Rodrigues